ATAS

ATA Nº 74

Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu na sede da Sociedade o Conselho de Administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., com o capital social de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), pessoa coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova da Barquinha e com o número único de identificação NIPC 515332607 (a "Sociedade" ou "RSTJ").

A presente reunião foi convocada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, através de convocatória aos vinte e quatro dias de Outubro do ano dois mil e vinte e cinco, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Plano para a Igualdade 2026 - PROP 249_2025_DG
Ponto 2 - Pagamento a Fornecedores Setembro 2025 - INF 166_2025_DG
Ponto 3 - Relatório de Execução Orçamental 3.º Trimestre - INF 167_2025_DG
Ponto 4 - Balancete Agosto 2025 - INF 162_2025_DG
Ponto 5 - Orçamento, Plano de Actividades e Plano de Investimento 2026 - PROP 250_2025_DG

Estando presentes todos os membros do Conselho de Administração, designadamente o Município Chamusca, representado por Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado; o Município de Torres Novas, representado por Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira e o Município da Golegã, representado por António Carlos da Costa Camilo. Sendo onze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente do Conselho de Administração colocou questionou se existia alguma intervenção antes da Ordem de Trabalhos, não se verificando, deu inicio à reunião.

Ponto 1 - Plano para a Igualdade 2026 - PROP 249_2025_DG

Pelo Diretor Geral: nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 5 de fevereiro, que estabelece o regime de submissão e divulgação do plano para a igualdade, vem a Direção submeter à apreciação e aprovação deste Conselho de Administração o Plano para a Igualdade da RSTJ referente ao ano de 2026 (identificador P-2025/70). A elaboração do presente Plano constitui o cumprimento de uma obrigação legal, decorrendo de um processo estruturado que incluiu a realização e submissão do autodiagnóstico no portal da CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. O seu conteúdo foi desenvolvido em conformidade com as boas práticas recomendadas por esta entidade, refletindo o compromisso contínuo da RSTJ com a promoção de um ambiente de trabalho equitativo, inclusivo e não discriminatório. A análise dos dados demográficos e de recrutamento da empresa, constante do diagnóstico anexo, revela a existência de assimetrias, nomeadamente: uma significativa subrepresentação feminina nos cargos de direção e chefia (e.g., Dirigentes Superiores, Encarregados Operacionais); uma concentração de colaboradoras em categorias profissionais específicas, como o Pessoal Assistente Operacional e Técnico. Por outro lado, destaca-se um maior número de mulheres com habilitações ao nível do Ensino Superior (16 mulheres vs. 8 homens), um ativo valioso que importa potenciar através de políticas de progressão de carreira robustas e transparentes. Perante este diagnóstico, o Plano para a Igualdade 2026 apresenta-se como uma ferramenta estratégica de gestão. A sua implementação visa capitalizar o potencial de todo o capital humano da RSTJ, promover a justiça e equidade internas, e contribuir para o reforço da produtividade, coesão e reputação institucional. O Plano para a Igualdade 2026 está organizado em quatro dimensões estratégicas, nas quais se inserem medidas concretas e mensuráveis:

Dimensão 1: Estratégia, Missão e Valores: Inclui medidas para institucionalizar o compromisso com a igualdade, integrando-o na missão e valores da empresa, e para criar mecanismos de consulta e participação dos trabalhadores.

Dimensão 2: Formação Inicial e Contínua: Prevê a integração de um módulo de formação sobre igualdade de género no plano formativo anual, sensibilizando para temas como estereótipos, assédio e conciliação.

Dimensão 3: Igualdade nas Condições de Trabalho: Foca-se na garantia de processos justos de avaliação de desempenho e na transparência salarial, incluindo a divulgação interna do diagnóstico remuneratório, assegurando o princípio "salário igual para trabalho igual".

As medidas propostas são objetivas, atribuem responsabilidades claras às unidades organizacionais (com especial foco na Direção Geral e no Direção de Capital Humano) e estabelecem metas a atingir até 31 de dezembro de 2026. Saliente-se que a maioria das ações previstas não implica custos orçamentais adicionais significativos, sendo a sua execução assegurada no âmbito da atividade corrente. O Plano para a Igualdade 2026 representa um passo importante no sentido de

JUFIL – PORTO
PROCESSADO POR COMPUTADOR

alinhar as práticas da RSTJ com os mais elevados standards de governação e responsabilidade social. A sua aprovação permitirá não só cumprir as obrigações legais, mas também enviar um sinal inequívoco, interno e externo, do compromisso da Empresa com os valores da igualdade e da diversidade. Face ao exposto, e após a devida aprovação por V. Exas., o Plano será divulgado nos locais habituais, com destaque para o sítio institucional na internet, conforme exigido por lei. Assim, submete-se à apreciação deste Conselho de Administração a seguinte proposta de deliberação: "Aprovar o Plano para a Igualdade da RSTJ para o ano de 2026 (identificador P-2025/70), determinando a sua imediata implementação e a respetiva divulgação nos canais institucionais próprios."

Diante do exposto, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade o Plano para a igualdade da RSTJ para o ano 2026.

Ponto 2 - Pagamento a Fornecedores Setembro 2025 - INF 166_2025_DG

Pelo Diretor Geral, Por meio da presente, informo que foram realizadas as autorizações de pagamentos aos fornecedores, datadas de seis de Outubro de 2025. Em conformidade com a procuração que me confere poderes específicos para tal, exerço a referida competência em conjunto com um dos três administradores da empresa, conforme previsto nos procedimentos estabelecidos. Anexo a este documento, a listagem detalhada dos pagamentos efetuados, que inclui informações relativas às datas, valores e respetivos fornecedores envolvidos. Ressalvo que todos os pagamentos foram objeto de verificação minuciosa da Direção Administrativa e Financeira e aprovados conforme os procedimentos internos da nossa empresa, garantindo, assim, a transparência e a conformidade nas operações financeiras. Desta forma, solicito a ratificação das autorizações de pagamento por parte deste Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ratificou por unanimidade as autorizações de pagamento a fornecedores.

Ponto 3 - Relatório de Execução Orçamental 3.º Trimestre - INF 167_2025_DG

Pelo Diretor Geral, da análise dos valores o Volume de Negócios apresenta uma execução dentro do expectável em cerca de 75,7%, registando uma acréscimo de 19,7% face ao mesmo período de 2024. As restantes rúbricas operacionais acompanham a tendência de evolução dentro do expectável em sede de orçamento. A única situação digna de menção é o valor do Custo das matérias consumidas, valor que ficou em janeiro próxima do valor orçamentado para o ano. Esta diferença resulta da adopção um óptica contabilística diferente no corrente ano referente a aquisição das "tampinhas", até ao ano passado registadas nos donativos, cumprindo assim com o principio contabilistico de substancia sobre a forma. Na estrutura de Gastos podemos verificar que os grandes valores mantêm a sua representatividade, Gastos com o pessoal e FSE's com as mesmas percentagens do ano anterior. Quanto aos FSE's nota-se uma redução do peso da rúbrica Con servação e reparação. O resultado do período ainda é pouco significativo, não se esperando a continuidade desta diferença positiva tão expressiva no último trimestre. Ainda assim foi estimado um Imposto s/ Rendimento do semestre no valor de 147 mil euros. Relativamente à Variação Patrimonial, evidencia-se um crescimento significativo dos Empréstimos bancários com uma redução directa no Estado. Esta situação ficou a dever-se à liquidação da divida da TGR pela utilização da conta-corrente caucionada. Ocorreu no mês de julho a A.G. que deliberou a liquidação da RESITEJO, originando a passagem do saldo desta associação (27) para a conta dos acionistas (26). Após a deliberação da A.G. da empresa, este valor deverá incorporar o Capital Social. A Tesouraria demonstra algumas dificuldades provocadas pelo grande aumento do saldo em Clientes (696 mil euros), sem compensação no aumento dos Fornecedores (142 mil euros). De notar ainda que continua por regularizar a situação dos RCD's referentes ao Município de Santarém, cujo valor acumulado à data ascende a 50.683,85 euros, assim como o serviço de Monitorização de Lixeiras com um montante a regularizar de 19.202,52 euros, totalizando destes serviços 69.886,37 euros.

Diante do exposto, o Conselho de Administração ratificou por unanimidade o despacho do Presidente.

Ponto 4 - Balancete Agosto 2025 - INF 162_2025_DG

Pelo Diretor Geral, o balancete referente a setembro de 2025 da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos reflete uma situação financeira equilibrada. O Volume de Negócios mantém-se alinhado com as previsões, registando um total acumulado de 9.947.755 euros, que em conjunto com a estrutura de gastos operacionais permite a obtenção de um resultado operacional de 869.796 euros, valor que reflete a estabilidade operacional. Os Depósitos à Ordem apresentam um

JUFIL – PORTO
PROCESSADO POR COMPUTADOR

saldo devedor acumulado de 964.427 €, indicando movimentações significativas, enquanto os Clientes registam um saldo devedor de 2.356.867 €, sinalizando valores a receber relevantes, evidenciando um aumento significativo superior aos 696 mil euros desde o início do ano aumento resultante das novas condições de pagamentos das entidades retomadoras, passando de 30 para 90 dias de prazo. Por outro lado, os Fornecedores acumulam um saldo credor de 1.303.477 €, evidenciando obrigações pendentes, mas com o acréscimo somente na ordem dos 142 mil euros desde o início do ano. Este grande aumento de saldos de clientes sem a respectiva compensação de saldos nos fornecedores estão a provocar algumas dificuldades de tesouraria, que se preveem manter-se no mínimo até ao final do corrente ano. Os Financiamentos Obtidos destacam-se com um saldo credor de 4.231.105 €, refletindo a dependência de recursos externos para operações. Estes demonstram um aumento significativo em consequência da liquidação da divida fiscal (TGR) por recurso à nova conta corrente do banco Santander. Nos Ativos Fixos, verifica-se que o investimento total de 409.157 € realizado no corrente ano que conjugado com valor das depreciações, evidencia uma redução da classe 4 em 691.022 €. Já o Custo das Matérias Consumidas aproxima-se rapidamente do valor orçamentado anual, devido à reclassificação contabilística das tampinhas, alinhando-se com o princípio da substância sobre a forma. Persistem pendências críticas: os RCD's do Município de Santarém totalizam 50.683,85 €, e o serviço de Monitorização de Lixeiras acumula 19.202,52 €, somando 69.886,37 € em valores a regularizar. Estas situações exigem atenção imediata para garantir conformidade financeira. Em síntese, o balancete demonstra solidez operacional, com desafios pontuais em regularizações e gestão de passivos. A manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas, aliada à resolução das pendências, será crucial para sustentar a trajetória positiva da organização

O Conselho de Administração tomou conhecimento.

Ponto 5 - Orçamento, Plano de Actividades e Plano de Investimento 2026 - PROP 250_2025_DG

Pelo Diretor Geral, Na sequência da elaboração do Orçamento, Plano de Atividades e Plano de Investimentos para 2026, vimos por meio desta submeter à vossa apreciação uma proposta que reflete uma análise rigorosa da situação atual e futura da RSTJ. O presente documento é elaborado em estrita conformidade com os Estatutos da Sociedade e com o quadro legal aplicável, e tem como objetivo central alertar para a situação crítica em que a Empresa se encontra e propor o caminho indispensável para a sua viabilidade. O contexto atual é marcado por uma profunda instabilidade contratual. O processo de revisão do Contrato de Gestão Delegada (CGD) para o período 2025-2029, iniciado em fevereiro de 2024, sofreu significativos atrasos devido a fatores externos, mantendo-se em vigor o contrato de 2020-2024. Importa recordar que este contrato viu o seu Estudo de Viabilidade Económica e Financeira severamente comprometido desde o início, fruto da não materialização de receitas previstas, o que resultou numa quebra superior a dois milhões de euros anuais. A falta de uma revisão extraordinária para ajuste tarifário fragilizou, desde então, a nossa sustentabilidade financeira. Esta situação de incerteza é agravada pela cessação, em 2025, do contrato de partilha de infraestruturas com a Tradolixo, que representava uma receita garantida de cerca de 683 mil euros, acentuando ainda mais a nossa vulnerabilidade. A este cenário contratual junta-se um imperativo ambiental inadiável. A Declaração de Impacto Ambiental (DIA), com prazo de validade até 31 de julho de 2027, estabelece um conjunto de condicionantes que exigem a realização de investimentos urgentes, sob pena de ficarmos sem a licença necessária para operar. Estes investimentos, essenciais para o cumprimento da lei, ascendem a aproximadamente 13,8 milhões de euros e abrangem áreas críticas como a selagem progressiva da Célula 2 do aterro, a construção de redes de drenagem de águas residuais e a implementação de soluções para a gestão de lixiviados. Paralelamente, a RSTJ definiu uma visão estratégica ambiciosa materializada no PAPERSU 2030, aprovado pelos seus órgãos sociais. Este plano prevê um conjunto de investimentos na ordem dos 27,3 milhões de euros, destinados a modernizar e expandir o sistema, nomeadamente através da aquisição de nova frota de recolha, da construção de uma nova linha de triagem de embalagens, do reforço da rede de ecocentros e da implementação de uma linha dedicada à valorização de biorresíduos. A estes somam-se outros investimentos necessários, como a aquisição de terreno e a construção da Célula 3 do aterro, cuja vida útil da Célula 2 termina previstamente em 2029, num valor global adicional de cerca de 7,6 milhões de euros. No total, o plano de investimentos identificado para assegurar o futuro da Empresa ascende a cerca de 48,7 milhões de euros. De forma proativa e responsável, a RSTJ já avançou com a submissão de candidaturas a fundos comunitários no âmbito do PT2030, no valor de aproximadamente 12,3 milhões de euros, assegurando uma taxa de comparticipação de 80% para as despesas elegíveis. No entanto, a execução destes investimentos e a própria capacidade de assumir a contrapartida financeira de cerca de 2,5 milhões de euros estão inteiramente dependentes da existência de um enquadramento contratual estável e adequado. Perante este quadro, importa deixar absolutamente claro que o

orçamento para 2026 que agora apresentamos, na ausência do novo CGD, não permite cumprir com as condicionantes da DIA, nem com os investimentos estratégicos do PAPERSU e das candidaturas submetidas. A própria ERSAR alerta que a RSTJ não dispõe de um CGD revisto, colocando-nos numa posição de não conformidade com o regime jurídico e impedindo a aprovação de uma tarifa que reflita a realidade económica e operacional. Assim, a aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada para 2026-2030 não é uma mera formalidade, mas sim a condição "sine qua non" para a própria viabilidade da RSTJ. Só com um contrato revisto e um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira aprovado poderemos ajustar o presente orçamento, assegurar a nossa estabilidade operacional no curto e médio prazo e, acima de tudo, cumprir com as nossas obrigações legais e ambientais. O compromisso de toda a estrutura acionista é, por conseguinte, fundamental e essencial para o futuro da empresa e para a qualidade do serviço prestado aos municípios. O Plano de Atividades para 2026, aqui delineado, organiza-se em torno de eixos estratégicos que só serão exequíveis com este novo alicerce contratual, a garantia da qualidade e continuidade dos serviços; o cumprimento das metas ambientais; o incentivo e otimização das recolhas seletivas; o investimento em infraestruturas críticas; e a promoção da eficiência e sustentabilidade financeira. Em conclusão, apelamos à Vossa compreensão e ação urgente. A RSTJ posicionou-se de forma antecipada, identificando as necessidades, elaborando uma estratégia clara e assegurando financiamento comunitário. Agora, está nas mãos dos seus acionistas e órgãos de administração desbloquear o último, mas mais crítico, elemento: um contrato que garanta a sustentabilidade da Empresa. Aprovar o novo CGD é um investimento no futuro ambiental da região e na continuidade de um serviço público essencial para mais de 194 mil habitantes. Sem mais e na expectativa de uma deliberação favorável, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Diante do exposto, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade o Orçamento, Plano de Actividades e Plano de Investimento 2026, encarregado o Diretor Geral de o remeter para parecer do Fiscal Único.

Verificando-se estar concluída a ordem de trabalhos e não havendo nada mais a tratar foi encerrada a pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, tendo de imediato sido lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do conselho de administração presentes.

O Presidente do Conselho de Administração

O Vogal do Conselho de Administração

O Vogal do Conselho de Administração

JUFIL – PORTO

PROCESSADO POR COMPUTADOR